

## A LUTA PELO TERRITÓRIO: A TERRA COMO INSTRUMENTO DE IDENTIDADE

Ana Luiza Dourado de Oliveira\*  
Edna Silva Cordeiro\*\*

**RESUMO:** Este estudo tem como objetivo apresentar uma reflexão a respeito da ocupação do território brasileiro e de lutas pela garantia da terra como lugar de pertencimento e identidade. O trabalho apresenta uma abordagem sobre a questão agrária no Brasil a partir de aspectos como: ocupação, distribuição e posse de terras, destacando a luta pelo território de um povo que vive em um quilombo situado no Estado da Bahia no município de Bom Jesus da Lapa. A metodologia utilizada é de abordagem qualitativa, com revisão de literatura e pesquisa de campo realizada no Quilombo de Araçá-Cariacá. A partir do estudo foi possível concluir que o acesso à terra e a sua garantia por meio do reconhecimento da identidade étnica individual e coletiva consiste numa forma de preservação da cultura e ancestralidade dos povos remanescentes, bem como, reparos de injustiças sociais e morais sofridas pelos povos negros no Brasil.

**Palavras-chave:** Identidade. Lutas. Ocupação.

**ABSTRACT:** This study aims to present a reflection on the occupation of the Brazilian territory and the struggles for the guarantee of the land as a place of belonging and identity. The work presents an approach to the agrarian issue in Brazil from aspects such as: occupation, distribution and possession of land, highlighting the struggle for the territory of a people who live in a quilombo located in the State of Bahia in the municipality of Bom Jesus da Lapa. The methodology used is a qualitative approach, with literature review and field research carried out in Quilombo de Araçá-Cariacá. From the study, it was possible to conclude that the access to land and its guarantee through the recognition of the individual and collective ethnic identity consists of a way of preserving the culture and ancestry of the remaining peoples, as well as, repairs of social and moral injustices suffered by the black people in Brazil.

**Keywords:** Identity. Fights. Occupation.

### Introdução

De acordo com Stedile (2011), a expressão “questão agrária” pode ser trabalhada e entendida de diversas formas a depender da ênfase que é dada aos diferentes aspectos do estudo da realidade agrária. Assim, na Literatura, na Sociologia, na Geografia e na História, esse assunto é tratado a partir de diferentes perspectivas, todavia, ao nos referirmos à questão agrária estamos tratando sobre aspectos como a ocupação, distribuição e posse de terras.

---

\* Pós-graduanda da Especialização em Educação do Campo do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano/Campus Bom Jesus da Lapa.

\*\* Pós-graduanda da Especialização em Educação do Campo do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano/Campus Bom Jesus da Lapa. [ednasconlaine@hotmail.com](mailto:ednasconlaine@hotmail.com)

Desse modo, este estudo apresenta uma reflexão a respeito da ocupação do território brasileiro e de lutas pela garantia da terra como instrumento de identidade. Para tanto, apresentamos um breve histórico sobre a luta pela terra no Brasil desde o período colonial tratando sobre como se deu o processo de apropriação das terras brasileiras e abordamos uma discussão sobre a conquista do território pelo reconhecimento da identidade, bem como, uma reflexão de como a terra é vista por aqueles que historicamente sempre estiveram em desvantagem com relação a ela. Sobre isso, levou-se em consideração, e como fonte de informações, uma visita realizada no Quilombo de Araçá-Cariacá localizado a aproximadamente 20 km da cidade de Bom Jesus da Lapa no Estado da Bahia e relatos de seus moradores e representantes da associação Araçá-Cariacá, que contribuíram de forma significativa para a realização desse estudo. A visita nos proporcionou um contato mais direto com pessoas que participaram de lutas em prol da terra, da valorização e reconhecimento desta como um local de pertencimento e de identidade.

Trata-se, portanto, de um estudo de abordagem qualitativa, com revisão de literatura e pesquisa de campo que foi elaborado a partir de estudos realizados durante as aulas das disciplinas questão agrária e ensino de geografia no curso de Pós-graduação em Educação do Campo ofertadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) do campus de Bom Jesus da Lapa do qual as autoras são alunas.

### **Um breve histórico da luta pela terra no Brasil**

Ao analisar a história do Brasil, é possível perceber que os problemas com relação à terra surgiram desde o período da conquista do território brasileiro pelos portugueses, quando esses impuseram aos povos que já viviam no país, e logo depois aos negros trazidos da África, sistemas de posse e uso da terra. Nesse sentido, Fernandes (2000, p. 1) afirma que “[h]á 500 anos, desde a chegada do colonizador português, começaram as lutas contra o cativo, contra a exploração e conseqüentemente contra o cativo da terra, contra a expulsão, que marcam as lutas dos trabalhadores”.

A ocupação do território brasileiro ocorreu com o intuito de explorar as riquezas presentes no país, dessa forma, todas as atividades produtivas e extrativistas tinham como objetivo o lucro. A princípio, os portugueses tinham como finalidade encontrar ouro, depois

passaram a se preocupar em transformar outros bens naturais em mercadorias como a prata, o ferro e outros minérios. No entanto, logo perceberam outro fator muito interessante do qual poderiam se beneficiar, isto é, a fertilidade das terras brasileiras, bem como, seu potencial para o cultivo tropical de produtos que até então eram encontrados em outros locais como por exemplo, na África e na Ásia, devido a isso, os colonizadores passaram a organizar o nosso território a fim de produzir produtos agrícolas (STEDILE, 2011).

Diante disso, ao perceber a fertilidade das terras brasileiras e com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento de grandes plantações e desenvolver a agricultura, os portugueses implantaram um sistema de produção chamado de escravismo colonial. Nesse sistema, um pequeno grupo de colonizadores que recebeu doações de terras tinha que empregar escravos indígenas e/ou africanos e colocá-los para trabalhar e produzir as mercadorias que eram cobiçadas no mercado colonial (ANDRADE, 2001).

Assim, os portugueses se tornaram os primeiros colonizadores a aplicar o capital em larga escala tanto na instalação quanto na exploração da empresa agrícola. Para tanto, de acordo com Andrade (2001, p. 6), os portugueses [...]

[...] necessitaram manter povos submetidos pela força, destruir e dizimar os grupos que se opunham à escravização e controlar, de forma seletiva, o acesso à propriedade da terra. Daí a formação de uma sociedade em que a maioria da população perdeu a liberdade, na forma mais ampla possível, tornando-se objeto, mercadoria, e onde a concentração fundiária, levada ao extremo, impedia que pobres livres tivessem acesso à terra para cultivá-la, mesmo visando à produção dos próprios alimentos.

Diante da situação apresentada, muitos africanos escravizados, insatisfeitos e revoltados com a situação a que eram submetidos, fugiram para locais que foram nomeados de quilombo, isto é, locais de refúgio. Alguns desses quilombos alcançaram um bom nível de organização e resistência e ainda existem.

A abolição da escravidão só aconteceu em 1888 com a Lei Áurea. Os escravos foram libertos, contudo, a eles não foram dadas condições para poder se manter e sobreviver.

Com a libertação dos trabalhadores escravizados – oficializada pela Lei Áurea, de 1888 – e, ao mesmo tempo, com o impedimento de os mesmos se transformarem em camponeses, quase dois milhões de adultos ex-escravos saem das fazendas, das senzalas, abandonando o trabalho agrícola, e se dirigem para as cidades, em busca de alguma alternativa de sobrevivência, agora vendendo “livremente” sua força de trabalho. Como ex-escravos, pobres, literalmente despossuídos de qualquer bem, resta-lhes a única alternativa de buscar sua sobrevivência nas cidades portuárias, onde

pelo menos havia trabalho que exigia apenas força física: carregar e descarregar navios (STEDILE, 2011, p. 24).

Antes da abolição da escravidão, já tinha sido criada a Lei 601 considerada o batistério do latifúndio no Brasil, pois consolidou o modelo da grande propriedade rural. Foi devido a essa lei que os ex-escravos foram impedidos de se apossar de terrenos para construir suas moradias e tiveram que ir em busca dos terrenos considerados ruins, pois os melhores terrenos das cidades já eram propriedade privada dos comerciantes e dos capitalistas. Os terrenos ruins eram íngremes e estavam localizados nos manguezais e nos morros, portanto, eram considerados sem utilidade. A ocupação desses espaços pelos escravos deu origem às favelas brasileiras.

Nesse contexto, com a libertação dos escravos, surge a crise do modelo agroexportador, isto é, no sistema econômico de produção e exportação do país. Dessa forma, a saída para substituir a mão de obra escrava foi atrair camponeses da Europa para trabalhar no Brasil, assim eles vieram morar no país e trabalhar na agricultura nas regiões Sul e Sudeste.

O trabalho livre expandiu-se com a chegada do imigrante europeu. Se por um lado o antigo escravo passou a ser dono de sua força de trabalho, o imigrante europeu, camponês expulso de sua terra, era livre somente por possuir a sua força de trabalho. Se para o escravo a força de trabalho era o que conseguira, para o imigrante era o que restara. Portanto, agora, a luta pela liberdade desdobrava, igualmente, na luta pela terra (FERNANDES, 2000, p. 2).

Nesse cenário, os ex-senhores de escravos passaram a ser considerados senhores de terra e começaram a grilar a terra, ou seja, passaram a falsificar títulos de propriedade e assim, faziam com que os trabalhadores transformassem florestas em fazendas de gado e de café e depois os expulsavam. Esse processo deu origem aos posseiros, ou seja, aqueles que possuíam terras, porém não eram reconhecidos como donos legítimos da mesma. Em outras palavras, a posse era fruto do trabalho que era exercido pelos trabalhadores, porém o domínio era dos senhores considerados como detentores do poder.

Para a formação das fazendas desenvolveu-se um processo de grilagem de terras. As terras devolutas foram apropriadas por meio de falsificação de documentos, subornos dos responsáveis pela regularização fundiária e assassinatos de trabalhadores. Assim, os grileiros – verdadeiros traficantes de terra – formaram os latifúndios. Os camponeses trabalhavam na derrubada da mata, plantavam nessas terras até a formação das fazendas, depois eram expropriados. Aos que resistiram na terra, o poder do coronel era explicitado pela perseguição e morte. Dessa forma, os camponeses

sem-terra formavam fazendas que eram apropriadas pelos coronéis (FERNANDES, 2000, p. 2).

Os grileiros invadiram terras de camponeses e territórios indígenas e isso fez com que esses povos migrassem e muitas vezes resistissem, o que causou diversos enfrentamentos e mortes. A resistência de muitos camponeses deu origem à questão agrária.

Segundo Morissawa (2001) como forma de resistência e lutas pela terra, muitos movimentos aconteceram entre os períodos de 1888 e 1964, como por exemplo, as lutas messiânicas (1888 – 1930), as lutas radicais e espontâneas (1930 -1954) e lutas organizadas de caráter ideológico e que tiveram alcance nacional (1950-1964). Alguns desses movimentos tiveram bastante destaque, como por exemplo, o liderado por Antônio Conselheiro, em Canudos, na Bahia (1893 -1897) e a Guerra do Contestado (1912- 1916).

Dado o exposto, é possível perceber que a terra sempre foi motivo de luta, resistência e também de violência, pois aqueles considerados senhores e detentores do capital sempre se sentiram os donos da terra e as pessoas que sempre sofreram com a opressão, abuso, perseguição e dominação, isto é, os índios, os escravos, trabalhadores que foram explorados, nunca tiveram direito a ela, sempre tiveram que lutar e resistir, e muitos perderam suas vidas em meio a esses enfrentamentos.

### **A conquista do território pelo reconhecimento da identidade**

Segundo Souza (1995, p. 78-79) o território, “[...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder [...]”. Partindo do conceito aplicado, o mesmo pode ser analisado por meio de três vertentes: jurídico-política, econômica e simbólico-cultural. De acordo com o viés político, território consiste em um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, ou seja, as relações de poder desenvolvidas pelos Estados, os quais exercem sua soberania, em especial a do Estado Nacional. A perspectiva econômica de acordo com Lemos, Santos e Crocco (2005, p. 175), abordam o conceito como,

[...] o espaço econômico socialmente construído, dotado não apenas dos recursos naturais de sua geografia física, mas também da história construída pelos homens que nele habitam, através de convenções e valores e regras, de arranjos institucionais que

lhes dão expressão e formas sociais de organização da produção, com estruturas de poder e dominação.

De acordo com essa concepção, o território parte das questões inerentes às relações econômicas, visto que o mesmo é fonte de recursos o qual permeia as relações de trabalho, um produto espacial do embate entre as classes sociais. Em contraponto, a abordagem cultural-simbólica parte da subjetividade e das questões simbólicas de como um território é visto, ou seja, parte do ponto de como um espaço é entendido pelos indivíduos que nele habitam e a sua noção de pertencimento. Este conceito reflete a territorialidade que se constitui como o poder exercido por um indivíduo ou um grupo sob um dado espaço geográfico que se define mais como algo cultural de pertencimento do que ao espaço físico.

De acordo com Santos (1994, p. 15) “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido [...]. O que ele tem de permanente é ser o nosso quadro de vida”, ou seja, diante dos paradigmas abordados, podemos refletir as diferentes perspectivas sobre território e o uso da terra, mediante as relações que os sujeitos exercem nela e através dela.

Diante do exposto, compreende-se uma visão a respeito da problemática que parte do pressuposto de pertencimento e da terra como instrumento de identidade, tendo por território muito mais que um espaço geográfico regido por um Estado soberano com relações econômicas, mas como um produto de processos sociais e políticos que serviram de ponto de partida para sanção de leis e criação de políticas públicas de reconhecimento de terra como é o caso de terras indígenas e comunidades quilombolas.

Com base nisso, para que a demarcação de terras indígenas seja realizada se fazem necessários estudos para a identificação e delimitação, ou seja, um antropólogo junto a uma equipe técnica elabora um estudo para identificar as terras, levando em conta aspectos sociológicos, jurídicos, ambientais, cartográficos e também etno-históricos. Atualmente existem cerca de 462 terras indígenas regularizadas no Brasil, que representam, em média, 12,2% do território nacional segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e cerca de 3.524 comunidades quilombolas mapeadas podendo o número chegar a 5 mil de acordo com dados da Fundação Palmares (2008).

Tendo em vista o processo de reconhecimento da identidade, de acordo com o Art. 2º do Decreto 4.887/2003 são considerados como remanescentes quilombolas os grupos étnico-raciais que, através de critérios de auto atribuição, apresenta trajetória histórica própria, dotados

de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

Em ambos os casos o reconhecimento da terra parte da ideia de identidade coletiva, que consiste em [...]

[...] uma comunidade constituída por pessoas que compartilham basicamente o interesse de a ela pertencer, definindo seus laços em termos de solidariedade aos que a ela pertencem. É isso, provavelmente, o que se entende por sociedade civil: um povo com uma identidade coletiva que, no curso de sua ação política, cria as condições para a existência de uma associação igual e livre (EDER, 2003, p.10).

Nesse sentido, o sentimento de pertencimento que esses povos têm arraigado em seus antepassados impulsiona-os a lutar pela permanência em espaços que são lugares de memórias, preservação cultural, valorização de suas especificidades enquanto sujeitos livres que percebem a terra como sua, entretanto não como lugar de negócio e colocando o dinheiro acima de tudo, mas sim como indivíduos que fazem parte de uma coletividade e que buscam a valorização das suas características culturais, raciais e que têm direito de viver de forma digna.

## **O campo na visão dos povos do campo**

A partir da história da luta pela terra no Brasil, é possível observar que além dos povos indígenas, os povos africanos sofreram com a exploração do território brasileiro, devido ao processo de escravização o qual sofriam todo tipo de abuso e perseguição. Desse modo, a fim de lutar pela liberdade fugiam e se refugiavam nos chamados quilombos, um dos maiores símbolos de resistências dos povos negros.

O quilombo segundo Fernandes (2000, p. 3), “[...] era um território de resistência. Era terra de negro, onde reinava a liberdade. Nesses espaços viviam alguns índios e também trabalhadores livres e marginalizados”. Entretanto, muitos desses locais eram invadidos e destruídos mesmo com resistência.

Alguns desses quilombos chegaram a alcançar um nível de organização tal que puderam resistir, durante dezenas de anos, às investidas das tropas coloniais, legando uma tradição de luta e de resistência que estimulou os dominados de hoje a se organizarem e a resistirem como outrora o fez o Quilombo dos Palmares. O Zumbi de



Palmares, o grande líder negro, é considerado hoje o símbolo de sua raça na luta contra a discriminação e a opressão (ANDRADE, 2001, p.6-7).

Muitos quilombos se formaram, persistiram e resistem até os dias de hoje e neles se encontram os povos remanescentes de negros escravizados, nas chamadas comunidades quilombolas. Os povos que vivem nessas comunidades as reconhecem como espaços de valorização da identidade negra. Como outrora foi debatido, os quilombos passam pelo processo de reconhecimento através de alguns fatores os quais partem a priori do reconhecimento da identidade coletiva. Para Claval (1999, p. 15):

A identidade aparece como uma construção cultural. Ela responde a uma necessidade existencial profunda, a de responder a uma questão: “quem sou eu?” Ela o faz selecionando um certo número de elementos que caracteriza, ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo: artefatos, costumes, gênero de vida, meio, mas também sistemas de relações institucionalizadas, concepção de natureza, do indivíduo e do grupo [...].

A identidade dos povos do campo comporta diversas categorias sociais, entre elas “Posseiros, bóias-frias, ribeirinhos, ilhéus, atingidos por barragens, assentados, acampados, arrendatários, pequenos proprietários ou colonos ou sitiantes, caboclos dos faxinais, comunidades negras rurais, quilombolas e, também, as etnias indígenas” (PARANÁ, 2006, p. 24-25).

Tais povos possuem em comum aspectos da cultura camponesa, entre eles, hábitos, costumes, ritos, práticas e uma relação de pertencimento sob o espaço o qual ocupam, mas se diferenciam pelas características identitárias de cada comunidade, como região, e forma de subsistência, credos, entre outras características. A respeito disso, Perico (2009, p. 63) pontua que “[a] cultura é inerente a um grupo; a identidade se manifesta como ação social e coletiva concreta frente a outro(s). A cultura une um grupo; a identidade o deferência de outro”.

A terra e o uso dela são vistos de diferentes formas por diferentes grupos da sociedade. A relação do camponês com a terra parte da ideia de pertencimento e identidade, a relação que o homem do campo tem com o espaço que ocupa se constitui para além da visão capitalista e mercantilista do território. De acordo com Caldart (2012, p. 29), os povos camponeses “estabeleceram uma especificidade que lhes é própria, seja em relação ao modo de produzir e à vida comunitária, seja na forma de convivência com a natureza”. Entretanto, a relação do capital tem como ponto de partida todos os meios de produção, inclusive a terra. Sobre isso Caldart (2012, p. 125) pontua que:



O fato de o capitalismo penetrar diretamente no mercado de terras, transformando-as em ativo mercantil completamente ajustado às necessidades da expansão da produção de commodities, não elimina a contradição original, pois a terra não é mercadoria – ou seja, um produto do trabalho humano – e, portanto, não pode ser convertida em mercadoria pela apropriação capitalista dos recursos naturais.

Esses dois pontos divergentes de se olhar o campo, assim como a problemática das diferentes perspectivas sobre a terra, foi refletido nas falas, discursos e vivências da comunidade remanescente quilombola no Alto- médio São Francisco Araçá- Cariacá.

A comunidade Araçá Cariacá é uma comunidade remanescente quilombola localizada a 20 km de Bom Jesus da Lapa. As terras faziam parte de um antigo latifúndio conhecido como Fazenda Volta, sendo posteriormente conhecida também como Araçá. O nome se deu devido a grande quantidade da planta na região. A comunidade foi titulada em 2001, a qual contava com cerca de 98 famílias de acordo com dados da Fundação Palmares (2008) em uma área de mais de 9.241 hectares. Araçá/Volta é um território composto por 5 (cinco) comunidades, são elas: Araçá, Cariacá, Patos, Pedra e Retiro, que de acordo com o INCRA, fundamentado no Relatório Técnico de Identificação e Demarcação – RTID – possuem juntas uma área total de 18.904,6283 hectares e abrigam em média 155 famílias.

A problemática deste trabalho se constitui a partir de uma pesquisa de campo realizada na comunidade citada, a qual teve como instrumento metodológico uma roda de conversa que, segundo Guarda, Luz, Rodrigues e Beltrame (2017, p. 12889) contribui significativamente “[...] ampliando suas percepções sobre si e sobre o outro, em um movimento de alteridade e compreensão sobre a voz do outro em seu contínuo espaço de tempo.”

A roda ocorreu no dia 27 de julho de 2019 depois das várias discussões teóricas sobre a questão agrária no Brasil e sobre o ensino de geografia realizadas durante o curso de pós-graduação em Educação do Campo do qual nós, autoras desse estudo, fazemos parte. A ideia da aula de campo era conhecer a história da comunidade através dos próprios moradores, ouvir deles como se deu o processo de apropriação das terras, os entraves encontrados e as dificuldades que ainda enfrentam com relação à permanência nesse espaço, bem como, saber a importância da comunidade para as pessoas que vivem nela.

Na roda de conversa, estavam presentes pessoas que fazem parte da associação da comunidade, estudantes e a professora da Pós-graduação em Educação do Campo do Instituto

Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano campus de Bom Jesus da Lapa e outros moradores da comunidade que foram chegando no decorrer da conversa.

O diálogo se iniciou abordando a historicidade do local. Diante disso, alguns moradores e participantes da associação que estavam presentes nos relataram que apesar de a comunidade ter sido titulada apenas há 19 anos, a luta começa 10 anos antes, em 1990, e foi se organizando politicamente com a criação da associação de moradores em 20/09/1996. No entanto, nos pontuaram que a certidão que reconhece a comunidade enquanto remanescente quilombola é datada de 2004.

De acordo com relatos, a história da comunidade quilombola se permeia em torno da história de Roque. Silva (2014, p.50) nos relata que “Roque Pereira Castro nasceu na década de 1830, era escravo da família Castro e Tanajura de Caetité – BA. Este sujeito contou com condições favoráveis para permanecer na fazenda para ganhar a confiança do fazendeiro em troca da proteção para a sua família, os Pereira e Castro.” Roque consiste em um símbolo de força e resistência para os moradores da comunidade e para seus descendentes que levam a história do bisavô com orgulho.

Com as retaliações por parte do fazendeiro, os moradores começaram a se articular, o ponto de partida se deu por meio de um morador que, sem saber quais trâmites seguir, procurou ajuda de um padre que o orientou a se organizarem como associação, que iniciou com cerca de 32 associados. Com o passar do tempo, devido a opressão sofrida, a quantidade de sócios foi diminuindo. Apesar dos percalços, a associação resiste até hoje, através da qual lutam pela valorização e reconhecimento da identidade quilombola, contra a negação de direitos, dentre eles a oferta e acesso a uma educação de qualidade.

De acordo com os relatos de associados e moradores do local, antigamente o desafio era o fazendeiro, agora o maior problema é o Estado, que visando o capital e o lucro, acaba por querer se utilizar das terras sem respeitar os povos que vivem nela. Com base nisso, foi salientada a construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) que tem como objetivo integrar locais distantes e fazer o transporte de produção agrícola. Porém, de acordo com relatos, pode provocar prejuízos para a comunidade e gerar impactos ambientais. É nesse sentido, que Gonzaga (2017, p.15) aborda que “as comunidades quilombolas no Brasil, de modo geral, sofrem com a invisibilidade, tornando-se alvo fácil do processo de expropriação de suas terras, seja pela grilagem ou pela superposição de grandes projetos”.

Diante de tudo que nos foi relatado desde o processo histórico do quilombo, como a luta pelo reconhecimento e os desafios atravessados até os dias de hoje, tornou-se perceptível àquilo que outrora foi problematizado no presente artigo, a relação do homem do campo com a terra, e a simbologia da identidade que ela carrega. As comunidades quilombolas como a de Araçá Cariacá enxergam para além da questão econômica, mas veem nelas um espaço de ancestralidade e memória de um povo que lutou por cada direito conquistado e pelo reconhecimento de povos que sempre estiveram em desvantagem e que historicamente foram submetidos a um processo de expropriação de suas terras.

## Conclusão

Diante da problemática explorada, podemos compreender a história de luta e resistência pela conquista da terra e pelo reconhecimento da identidade negra. O acesso à terra e à sua garantia por meio do reconhecimento da identidade étnica consiste numa forma de preservação da cultura e ancestralidade dos povos remanescentes e assim oportunizar reparos de injustiças sociais e morais sofridas pelos povos negros no Brasil.

O reconhecimento e a titulação das comunidades quilombolas, assim como indígenas, permitem que tais comunidades possam se desenvolver de forma legal, garantindo a sustentabilidade das famílias que nelas habitam e se organizando e se articulando politicamente por meio de suas representações legais centradas na figura das associações de moradores.

Através do estudo, pode-se concluir que comunidades articuladas como Araçá-Cariacá passam uma mensagem que deve ser reportada a todos, principalmente às autoridades e aos órgãos responsáveis, que não aceitam e não aceitarão nenhum direito a menos, que não aceitarão a expulsão de suas terras e que lutaram e lutarão até o fim pelo direito de ser quem são: negros, resistentes e quilombolas, identidades reconhecidas.

## Referências

ANDRADE, Manuel Correia. **Abolição e Reforma Agrária**. 2. ed. São Paulo: editora ática, 2001.

BRASIL, Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Demarcação de terras. Brasília. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-24-32>, acesso em 21 de abril de 2020.

BRASIL. Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 20 de novembro de 2003.

CALDART, Roseli Salete et al (Org). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. **GEOgraphia**, ano I, n. 2, p. 7-26, 1999.

EDER, Klaus. Identidades coletivas e mobilização de identidades. In: **Rev. bras. Ci. Soc.** São Paulo, v. 18, n. 53, p. 5-18, Oct. 2003 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092003000300001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000300001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 21 abril 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. 2000. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/brasil\\_500\\_anos\\_de\\_luta\\_pela\\_terra\\_.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/brasil_500_anos_de_luta_pela_terra_.pdf). Acesso em 19 ago. 2019.

FUNDAÇÃO PALMARES. **Palmares Fundação Cultural**, 2008. Página inicial. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/?p=3041>. Acesso em 28/08/2019.

GONZAGA, A. V. **Conflitos em territórios quilombolas**: a elaboração de uma cartilha para o enfrentamento do racismo ambiental. Memorial (Mestrado) - Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2017.

GUARDA, Gelvane Nicole; LUZ, Tatiane Nicaretta; RODRIGUES, Tamires; BELTRAME, Lisaura Maria. A roda de conversa como metodologia educativa: o diálogo e o brincar oportunizando o protagonismo infantil na sala de aula. In: **XIII Congresso Nacional de Educação - EDUCERE**, 2017, Curitiba. Anais. 2017, p. 12886 - 12899. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26991\\_13947.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26991_13947.pdf). Acesso em 21/04/2020

INCRA. **Acompanhamento dos processos de Regularização Quilombola**. 2018. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas\\_quadrogeral.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf). Acesso em 20/04/2020

LEMOS, Mauro B.; SANTOS, Fabiana e CROCCO, Marco. Condicionantes territoriais das aglomerações industriais sob ambientes periféricos. In: DINIZ, Clélio C.; LEMOS, Mauro B. (Org). **Economia e Território**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, p. 171-205.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: edição Popular, 2001.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba, 2006.

PERICO, Rafael Echeverry. **Identidade e Território no Brasil**. Tradução Maria Verônica Morais Souto. Brasília, Instituto Interamericano de cooperação para a Agricultura, 2009.

SANTOS, Milton. **O Retorno do Território**. Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec / Anpur, 1994, p. 15-20.

SILVA, K. I. M. **A construção da identidade quilombola na percepção dos jovens de Araçá/Cariacá**, Bom Jesus da Lapa - Bahia. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2014.

SOUZA, Marcelo José. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias et alli (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995, p. 77 - 116.

STEDILE, João Pedro (Org). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional –1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.